



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revista fsa

www4.unifsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 23, n. 5, art. 8, p. 135-148, mai. 2026

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2026.23.5.8>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Deslocamentos Forçados na Era das Mudanças Climáticas: Análise do Relatório da Acnur 2025

Forced Displacement in the Era of Climate Change: Analysis of the Unhcr 2025 Report

Everton Melo da Silva

Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas

Professor da Universidade Federal de Alagoas

E-mail: everton.silva@palmeira.ufal.br

Jucimara Guedes de Souza Silva

Graduanda em Serviço social da Universidade Federal de Alagoas

E-mail: Jucimara.silva@im.ufal.br

Endereço: Everton Melo da Silva

Rua Sonho Verde, s/n, Bairro Eucalipto, Palmeira dos Índios/AL, Brasil.

Endereço: Jucimara Guedes de Souza Silva

Rua Sonho Verde, s/n, Bairro Eucalipto, Palmeira dos Índios/AL, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 02/04/2026. Última versão recebida em 16/04/2026. Aprovado em 17/04/2026.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo discutir a relação entre mudanças climáticas e deslocamentos forçados à luz da crítica marxista acerca da “questão ambiental”. A metodologia se deu por meio da análise teórica fundamentada em autores marxistas e na análise documental de relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). Os resultados evidenciam que a dinâmica de acumulação do capital intensifica as mudanças climáticas, gerando desigualdades e desastres que resultam em deslocamentos forçados em escala global, com dados apontando cerca de 250 milhões de deslocamentos internos na última década. A compreensão desse fenômeno exige uma perspectiva crítica que articule as mudanças climáticas à lógica do capital, apontando a necessidade de políticas públicas para a proteção das populações vulneráveis.

Palavras-chaves: Mudanças Climáticas. Deslocamentos Forçados. Questão Ambiental.

ABSTRACT

This study aimed to discuss the relationship between climate change and forced displacement in light of the Marxist critique of the "environmental question." The methodology involved theoretical analysis based on Marxist authors and documentary analysis of reports from the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) and the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). The results show that the dynamics of capital accumulation intensify climate change, generating inequalities and disasters that result in forced displacement on a global scale, with data indicating approximately 250 million internal displacements in the last decade. Understanding this phenomenon requires a critical perspective that articulates climate change with the logic of capital, highlighting the need for public policies to protect vulnerable populations.

Keywords: Climate Change. Forced Displacement. Environmental Question.

1 INTRODUÇÃO

Desde 2015, o Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM) vem se dedicando ao estudo da “questão ambiental” por meio de pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação em Serviço Social e de projetos financiados por agências de fomento, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de fundações estaduais. Ao longo desse percurso, o GEPEM consolidou suas atividades de pesquisa na Universidade Federal de Sergipe (UFS), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e na Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Na UFAL, algumas pesquisas vêm sendo desenvolvidas desde 2023 com a temática das mudanças climáticas e do racismo ambiental, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Os resultados desses estudos foram apresentados no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2025) e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (2024)¹.

Ao analisar os relatórios do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC)², deparamo-nos com a problemática dos deslocamentos forçados causados pelas mudanças climáticas. Segundo o relatório do IPCC (2023, p. 141), o deslocamento de seres humanos refere-se ao “movimento involuntário, individual ou coletivo, de pessoas de seu país ou comunidade, principalmente devido a conflito armado, distúrbios civis ou desastres naturais ou causados pelo homem”. Diante disso, este texto propõe discutir a relação entre mudanças climáticas e deslocamentos forçados a partir da crítica marxista da “questão ambiental”.

Além dos teóricos marxistas que fundamentam a análise (SILVA, 2010; SILVA, 2022; SILVA, 2024), examina-se o relatório da Acnur intitulado “Sem escapatória: na linha de frente das mudanças climáticas, conflitos e deslocamento forçado”, produzido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, responsável pela proteção de pessoas deslocadas forçadamente³. O documento apresenta dados globais e regionais sobre deslocamentos, inclusive aqueles associados a desastres ambientais e mudanças climáticas,

¹ Silva et al., 2024a; Silva et al., 2024b; Silva et al., 2025a; Silva et al., 2025b.

² De acordo com o Ministério da Ciência, tecnologia e inovações, “O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, IPCC, foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) em 1988 com o objetivo de fornecer aos formuladores de políticas avaliações científicas regulares sobre a mudança do clima, suas implicações e possíveis riscos futuros, bem como para propor opções de adaptação e mitigação. Atualmente, o IPCC possui 195 países membros, entre eles o Brasil.” Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/ciencia_do_clima/painel_intergovernamental_sobre_mudanca_do_clima.html Acesso em: 20 fev. 2026

³ Disponível em: <https://www.unhcr.org/media/no-escape-ii-way-forward> Acesso em: 10 jan. 2026

além de oferecer recomendações para políticas públicas. O tema demanda atenção analítica, uma vez que, “na última década, os desastres relacionados com o clima causaram cerca de 250 milhões de deslocamentos internos – o equivalente a mais de 67.000 deslocamentos por dia.” (ACNUR, 2025). Tal dado evidencia a magnitude e a recorrência dos impactos climáticos sobre a mobilidade humana contemporânea.

A metodologia do trabalho baseia-se em uma abordagem qualitativa, com uma pesquisa teórica e análise documental dos relatórios supramencionados. O referencial teórico do trabalho é fundamentado à luz da crítica marxista sobre “questão ambiental”, a qual articula a análise das mudanças climáticas e dos deslocamentos forçados à dinâmica do capital. Os autores utilizados no embasamento da análise são Silva (2010), Silva (2022) e Silva (2024). Ademais, são usados documentos oficiais de organismos internacionais, como o IPCC (2023) e o relatório da Acnur intitulado “Sem escapatória: na linha de frente das mudanças climáticas, conflitos e deslocamento forçado” (2025).

O texto estrutura-se em duas seções de desenvolvimento. A primeira aborda, sob uma perspectiva crítica, como a dinâmica de acumulação do capital intensifica as mudanças climáticas, produzindo desigualdades, “desastres” e deslocamentos forçados em escala global. A segunda seção analisa o relatório *No Escape II: The Way Forward* (Sem Escapatória II: O Caminho a Seguir), publicado pela Agência da ONU para Refugiados, com base nos dados de 2024. Por fim, na última seção, são apresentadas considerações finais, retomando o objetivo e principais resultados apresentados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O sistema do capital opera historicamente segundo uma lógica de apropriação intensiva da natureza e ampliação da exploração do trabalho, cuja expressão se consolida a partir da Revolução Industrial e se aprofunda no contexto da crise estrutural do capital desde a década de 1970. As mudanças climáticas, amplamente impulsionadas pelas atividades humanas mediadas pela dinâmica de acumulação, têm produzido efeitos como o aquecimento global, a elevação do nível dos mares e transformações substantivas nos modos de vida. Tais processos repercutem diretamente nas práticas sociais, alterando rotinas de trabalho em razão de ondas de calor e regimes irregulares de precipitação; impondo racionamento de água em contextos de seca prolongada; ampliando o uso de sistemas de climatização artificial; impactando a disponibilidade e a variedade de alimentos conforme a intensidade ou escassez das chuvas; reconfigurando padrões de moradia, especialmente em áreas costeiras; e

provocando deslocamentos populacionais de territórios atingidos eventos classificados como “desastre ambiental” (IPCC, 2023).

Os deslocamentos forçados associados às mudanças climáticas não se confundem com migrações voluntárias. Enquanto a migração, em sentido estrito, refere-se ao deslocamento voluntário de pessoas, interna ou internacionalmente, motivado sobretudo pela busca de melhores condições de vida, o deslocamento forçado decorre de circunstâncias econômicas, sociais e ambientais que restringem ou anulam a possibilidade de escolha, configurando mobilidade involuntária. Pistorelo (2022, p. 19) assinala que “a mobilidade humana é um fenômeno antigo, com diversos motivos e fatores: por vezes, [...] por razões forçadas (a fim de escapar de conflitos e perseguições sociais). Ainda integra esse rol a combinação com os perigos naturais e a degradação ambiental, que afetam os meios de subsistência”.

Nessa perspectiva, os chamados “desastres naturais” ou “desastres ambientais” configuram-se como importantes vetores de deslocamentos forçados, especialmente aqueles relacionados ao excesso ou à escassez de chuvas (PISTORELO, 2022). O terremoto ocorrido no Haiti em 2010, responsável por mais de 220 mil pessoas, ilustra como tais eventos podem destruir a infraestrutura já fragilizada e ampliar vulnerabilidades sociais, sobrecarregando regiões não diretamente atingidas e intensificando fluxos migratórios (PISTORELO, 2022).

Todavia, a categoria “desastre” deve ser problematizada à luz das determinações econômicas que a conformam. Conforme argumental Silva *et al.* (2024a, p. 6-7), os desastres estão vinculados “[...] às contradições da realidade social dominada pelas desigualdades econômicas e sociais provocadas pelo sistema do capital. As expressões da questão social, somadas à probabilidade de deslizamentos, inundações, enchentes e desmoronamentos (DUTRA, 2017), potencializam os efeitos danosos dos ‘desastres’” (SILVA *et al.*, 2024a, p. 06-07). A esse conjunto somam-se fenômenos como terremotos, acidentes nucleares, construção de hidrelétricas, desmatamento, chuvas intensas, secas prolongadas etc. (DE LUCA, 2018), cujos impactos incidem de forma desigual sobre populações socialmente vulnerabilizadas, especialmente comunidades racializadas, conforme expomos em outros textos (SILVA *et al.*, 2024a; SILVA *et al.*, 2024b; SILVA *et al.*, 2025a; SILVA *et al.*, 2025b).

Os deslocamentos forçados decorrentes das expressões da “questão ambiental” derivam, em grande medida, da intensificação das mudanças climáticas nas últimas décadas. Silva (2010, p. 67) apresenta a “questão ambiental” como “[...] um conjunto de deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus

desdobramentos ideopolíticos”. O modo de produção capitalista ampliou significativamente as emissões de dióxido de carbono na atmosfera⁴, sobretudo por meio do desmatamento, do uso intensivo de combustíveis fósseis, como petróleo, carvão e gás natural, e do aumento de resíduos orgânicos provenientes da agricultura de base capitalista e das áreas urbanas, entre outros fatores. Nessa direção, Silva (2024, p. 470) assinala que:

A indústria serve às condições técnicas para o exaurimento do solo, enquanto a agricultura, com o “sistema de roubos”, exaure o solo, roubando seus nutrientes e suas potencialidades, impedindo a reprodução da natureza. Com a agricultura capitalista retirando da natureza os nutrientes, “[...] estes nutrientes essenciais eram transportados a centenas e, inclusive, a milhares de quilômetros e terminavam como dejetos contaminadores nas cidades” (FOSTER; CLARK, 2006, p. 227). O progresso agrícola no capitalismo ocasionou a destruição, a degradação ambiental e perturbações físico-químico-biológicas da natureza, pois o capital, sempre orientado para a acumulação, impede e dificulta qualquer forma de reprodução da natureza e de novos processamentos físico-químico-biológicos dos recursos naturais.

O autor evidencia a chamada “ruptura metabólica” entre sociedade e natureza (Silva, 2024), característica da dinâmica expansiva do capital, na qual a extração intensiva da natureza compromete seu ciclo natural. Tais processos intensificam o efeito estufa e contribuem para o aquecimento global (ANGELOTTI; SÁ; MELO, 2009). Como observa De Luca (2018, p. 53), tal cenário “acarretará piora da escassez de alimentos, secas, enchentes, na redução da biodiversidade e a mortalidade em massa de recifes de corais, além de aumento do nível do mar, dos casos de doenças transmitidas por vetores, de ondas de calor e de ciclones tropicais”, configurando um contexto propício ao surgimento dos chamados “deslocados em decorrência das mudanças do clima” (DE LUCA, 2018, p.62).

No plano normativo internacional, o Acordo de Paris reconhece que “as mudanças climáticas são uma preocupação comum da humanidade e inclui uma referência aos migrantes, pedindo aos países que respeitem, promovam e considerem suas respectivas obrigações para com os deslocados, com a adoção de medidas que auxiliem o enfrentamento das mudanças climáticas [...]” (DE LUCA, 2018, p.63). Ainda assim, as projeções indicam um cenário preocupante. Estima-se que, até 2050, cerca de 200 milhões de pessoas poderão ser afetadas pelas mudanças climáticas, com impactos diretos sobre a mobilidade humana

⁴ A atmosfera terrestre é composta por nitrogênio, oxigênio, argônio, que juntos com outros gases formam efeito estufa. Com base no Ministério do Meio Ambiente, o efeito estufa é um fenômeno natural e propicia a vida humana, visto que é por meio dele e dos gases que o compõem que a terra se mantém aquecida, caso não, a temperatura terrestre chegaria a ser negativa. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/Comunicacao_Nacional/eee.html Acesso em: 20 fev. 2026.

(STERN REVIEW, 2006 *apud* PISTORELO, 2022), e que, até 2100, a elevação do nível do mar poderá deslocar centenas de milhões de pessoas (EJF, 2017 *apud* PISTORELO, 2022).

A desertificação, entendida como processo de degradação do solo em áreas áridas ou semiáridas, insere-se nesse quadro como expressão da combinação entre condições climáticas adversas e uso predatório dos bens naturais⁵. Tal fenômeno, frequentemente associado à expansão de práticas produtivas orientadas pela lógica da acumulação, compromete a reprodução social de comunidades inteiras e constitui mais um vetor de deslocamentos forçados no contexto de crise do capital. Desse modo, as mudanças climáticas, intensificadas pela dinâmica de acumulação do capital, configuram-se como um dos principais vetores contemporâneos de deslocamentos forçados.

A mobilidade humana decorrente da crise estrutural do capital, que incide simultaneamente sobre a natureza e a sociedade, revela-se como expressão concreta da “questão ambiental” na sociabilidade capitalista. Nessa direção, no próximo item iremos evidenciar esse processo por meio da análise do relatório da Acnur “*No Escape II: The Way Forward*”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O relatório “*No Escape II: The Way Forward*”, publicado pela Agência da ONU para refugiados, apresenta uma análise dos dados de 2024 acerca da realidade enfrentada por refugiados e demais pessoas forçadas a deixar seus territórios. O documento concentra-se na proposição de soluções práticas e medidas urgentes para mitigar os impactos que incidem sobre as populações, incluindo aquelas afetadas por eventos climáticos extremos. A análise apresentada desse relatório será direcionada às causas apontadas para o deslocamento forçado, bem como aos dados quantitativos apresentados.

O documento evidencia a condição de vulnerabilidade que caracteriza a realidade contemporânea dos refugiados e demais pessoas deslocadas forçadamente, ao indicar que três em cada quatro vivem em países altamente expostos aos riscos associados às mudanças climáticas. Essas populações, além de fugirem de guerras e perseguições, passam a residir em territórios já fragilizados por eventos extremos, como enchentes, secas prolongadas e ondas de calor. Desse modo, o deslocamento forçado não apenas expressa desigualdades sociais preexistentes, mas tende a aprofundá-las e reproduzi-las em novos contextos territoriais.

⁵ Matéria completa em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/assuntos/noticias/entendendo-sobre-desertificacao-conceitos-caracteristicas-causas-consequencias-e-solucoes>. Acesso: 23 de out. de 2025.

Em junho de 2025, mais de 86 milhões de pessoas deslocadas viviam em países com exposição alta a extrema a riscos relacionados com o clima. Muitos dos maiores campos de refugiados do mundo estão localizados em áreas que sofrem condições meteorológicas mais severas do que as geralmente encontradas nos respectivos países de acolhimento: as áreas dos campos de refugiados enfrentam calor extremo e precipitação mais variável no Quênia, Etiópia e Ruanda; temperaturas severas na Jordânia e no Paquistão; e chuvas intensas no Bangladesh. As operações do ACNUR são também cada vez mais solicitadas a preparar-se e a responder a emergências novas ou agravadas, como a seca na Zâmbia e as inundações no Brasil, Burundi, Camarões, Chade, Mali, Níger, Nigéria e Sudão do Sul. (Acnur, 2025, s.p.).

Em consonância com essa perspectiva, observa-se que fenômenos associados às mudanças climáticas têm alcançado níveis cada vez mais intensos, resultando em deslocamentos forçados em diferentes regiões do planeta. De acordo com o relatório, cerca de 117 milhões de pessoas estavam deslocadas forçadamente até meados do ano de 2025, em decorrência de perseguições, conflitos, violência e eventos relacionados ao clima. Tal realidade evidencia que as mudanças climáticas não atuam de forma isolada, mas se articula às contradições estruturais do modo de produção capitalista, conforme podemos observar no relatório:

Perigos relacionados ao clima não ocorrem isoladamente. Eles agravam múltiplas causas de deslocamento forçado tanto dentro quanto além das fronteiras. [...] Muitos dos maiores assentamentos de refugiados do mundo estão localizados em áreas que experimentam condições climáticas mais severas do que as geralmente encontradas em seus respectivos países anfitriões: áreas de assentamento de refugiados enfrentam calor extremo e chuvas mais variáveis no Quênia, Etiópia e Ruanda, temperaturas severas na Jordânia e no Paquistão, e chuvas intensas em Bangladesh. (Acnur, 2025, s.p.)

A partir da leitura crítica marxista, é possível compreender que tais deslocamentos não constituem meros efeitos colaterais de fenômenos naturais, mas expressões da forma como a sociedade capitalista organiza a (re)produção e a apropriação da natureza. O documento reconhece que

A degradação ambiental e as alterações climáticas estão profundamente interligadas, uma vez que os impactos climáticos aceleram a degradação dos ecossistemas, enquanto os ambientes degradados [...] reduzem a capacidade da natureza para absorver carbono, amortecer os impactos climáticos e produzir alimentos. (Acnur, 2025, s.p.).

A intensificação de eventos extremos está vinculada à lógica da acumulação, que converte bens naturais em mercadorias e subordina a reprodução social às exigências da

acumulação do capital. Nesse sentido, populações já inseridas em condições precárias de moradia, trabalho e acesso a políticas públicas tornam-se as principais vítimas de um processo que combina degradação ambiental e desigualdade social. Sobre isso, o relatório assevera que

Este é o caso em Dadaab, Quênia, onde 20.000 refugiados foram deslocados de acampamentos devido a inundações causadas por El Niño no início de 2024. Ou em Rio Grande do Sul, no sul do Brasil, onde inundações extremas em meados de 2024 deslocaram 775.000 pessoas, e afetaram desproporcionalmente 43.000 refugiados e outros em necessidade de proteção internacional, desafiando sua integração local. (Acnur, 2025, s.p.)

A recorrência desses eventos evidencia que não se trata de fenômenos episódicos, mas de processos inerentes à própria estrutura do modo de produção capitalista. A degradação ambiental e a mudança climática encontram-se intrinsecamente articuladas: solos degradados perdem a capacidade de absorver impactos climáticos, enquanto a intensificação da extração dos recursos naturais acelera a deterioração dos ecossistemas. Assim, a expansão incessante da acumulação compromete as bases materiais da reprodução da natureza.

O próprio relatório indica que cerca de 40% das terras do planeta estão degradadas, comprometendo a segurança alimentar, a biodiversidade e o acesso à água para parcela significativa da população mundial:

Entre 2015 e 2019, uma estimativa de 100 milhões de hectares de terra saudável e produtiva foram degradados a cada ano, uma área aproximadamente do tamanho do Egito. Conflitos armados impactam negativamente o meio ambiente natural, aumentando os riscos aos quais as comunidades da linha de frente estão expostas, incluindo aqueles associados à mudança climática. À medida que os ecossistemas são danificados, incluindo por hostilidades, a resiliência das pessoas é ainda mais reduzida, e a adaptação climática se torna mais difícil. [...] Em tais cenários, os impactos climáticos frequentemente causam perda de meios de subsistência, o que, por sua vez, aumenta a probabilidade de recrutamento em grupos armados. (Acnur, 2025, s.p.)

De acordo com o relatório, uma parcela do território Chade, localizado no continente africano, é afetada por inundações que culminam no deslocamento forçado da população para os países vizinhos. Um dos países a receber os refugiados é o Sudão, que também enfrenta as consequências drásticas da crise do capital, sendo uma delas a escassez de água. O relatório afirma que

Os refugiados recém-chegados do Sudão, devastado pela guerra, acessam menos de 10 litros de água por dia – muito abaixo dos padrões de emergência. Até 2050, os campos de refugiados em locais mais quentes poderão enfrentar quase 200 dias de calor extremo e perigoso por ano, com sérios riscos para a saúde e a sobrevivência. Muitos desses locais provavelmente se tornarão inabitáveis devido à combinação mortal de calor extremo e umidade. (Acnur, 2025, s.p.)

O relatório revela que cerca de três quartos das terras africanas estão sendo afetadas pela deterioração ambiental, o que resulta na redução do acesso a alimentos, renda e água. No Sahel, por exemplo, a falta de acesso aos meios de subsistência relacionados ao clima leva grupos armados a entrarem em conflito pela posse do que ainda resta, acentuando tensões ambientais como fator alimentador de conflitos.

O Sudão, país localizado no continente africano, enfrenta crises que se iniciaram em 2023 e desencadearam o refúgio forçado de milhares de pessoas. O país, que já enfrentava conflitos internos, passou também a lidar com outros problemas como fome, insegurança alimentar e “desastres ambientais”, a exemplo de enchentes e fortes chuvas desde 2024.

Essas adversidades resultaram, segundo a Acnur (2025), em surtos de cólera e mpox⁶, principalmente em áreas atingidas pelas enchentes, afetando as comunidades mais vulneráveis e forçando-as a sair de suas casas, cidades e/ou do próprio país. De acordo com o Alto Comissário da ONU para Refugiados, Filippo Grandi,

Inúmeras pessoas permanecem aterrorizadas dentro do Sudão, e as que fugiram pelas diversas fronteiras do país precisam de ajuda, muitas vezes se encontrando em locais onde o acesso é extremamente difícil e os recursos são escassos. Trabalhadores humanitários estão trabalhando arduamente para responder, mas precisamos mais uma vez apelar aos países e indivíduos com os meios para que se mobilizem e forneçam os recursos para que possamos ajudar as pessoas que perderam tudo. (Acnur, 2025, s.p.)

O Brasil também foi alvo de “desastres” que resultaram no deslocamento forçado de pessoas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, foi registrado o maior desastre climático da história do estado, o qual causou inundações, enchentes, mortes e perdas materiais. Segundo a Acnur, cerca de 2,3 milhões de pessoas foram atingidas por essas inundações no estado. Desse total, 600 mil foram forçadas a deixar suas casas, e 43 mil eram pessoas refugiadas ou em necessidade de proteção internacional. De acordo com Acnur (2025),

Das 43 mil pessoas refugiadas ou em necessidade de proteção internacional no Rio Grande do Sul no início da emergência, 67% eram venezuelanas, 28% haitianas e 3% cubanas, enfrentando demandas urgentes por proteção, abrigo, comida, saúde, assistência financeira, água, saneamento e higiene. Seis meses após o desastre, mais de 1.300 pessoas permanecem em abrigos coletivos no estado, e muitos ainda enfrentam dificuldades devido aos impactos nas moradias e na infraestrutura pública.

⁶ “A mpox é uma doença causada pelo mpox vírus (MPXV), do gênero Orthopoxvirus e família Poxviridae. Trata-se de uma doença zoonótica viral, em que sua transmissão para humanos pode ocorrer por meio do contato com: Pessoa infectada pelo mpox vírus, Materiais contaminados com o vírus e Animais silvestres (roedores) infectados”. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/m/mpox> Acesso em: 20 fev. 2025

No rol dos países que estão passando por emergências relacionadas ao clima, o Sahel também está incluído. De acordo com a Acnur, a região central sofreu uma catástrofe humanitária que se agravou em decorrência dos impactos das mudanças climáticas que assolou o território. A situação forçou mais de 4 milhões de pessoas a saírem de suas casas. Além disso, 5,4 milhões ainda necessitam de apoio na região, e cerca de 1,9 milhão são refugiados e/ou solicitantes de asilo, segundo a Acnur (2025). Nessa região,

Enquanto mais de meio milhão de pessoas foram forçadas a fugir de seus países como refugiados, mais de 3 milhões de pessoas estão deslocadas internamente em seus próprios países. As restrições ao movimento e os desafios econômicos continuam a exacerbar as fragilidades da resiliência geral das populações. A região também está na linha de frente da crise climática, com temperaturas que aumentam 1,5 vez a média global. Isso está agravando os conflitos por recursos escassos e tornando a vida mais difícil para aqueles que já foram forçados a fugir. (Acnur, 2025, s.p.)

O relatório aponta que três em cada quatro refugiados ou pessoas deslocadas forçadamente por conflitos estão expostos a condições extremas de risco climático, e que cerca de 250 milhões de deslocamentos internos na última década foram causados por intempéries relacionadas ao clima, o que representa dois deslocamentos a cada três segundos. Além disso, até 2050, cerca de quinze dos campos de refugiados mais quentes, localizados no continente africano, enfrentarão mais de 200 dias anuais de estresse térmico.

O documento da Acnur (2025) problematiza, ainda, uma dimensão específica referente às crianças e aos adolescentes. Segundo o relatório, entre 2016 e 2023, registraram-se mais de 62 milhões de deslocamentos desse público associados a eventos climáticos, o que evidencia o impacto massivo desses fenômenos sobre a infância e a juventude. Ao serem deslocadas, essas populações passam a viver, em geral, em contextos marcados pela precariedade – como campos de refugiados, assentamentos informais ou grandes centros urbanos atravessados por profundas desigualdades – nos quais dispõem de recursos limitados para enfrentar novos eventos extremos. O documento ressalta que essas crianças se tornam mais expostas à desnutrição, a doenças e à insuficiência de imunização, além de enfrentarem barreiras significativas no acesso à educação e aos serviços de proteção, fundamentais para seu desenvolvimento e resiliência social.

Embora o relatório apresente medidas de mitigação e ações voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas e dos deslocamentos forçados, tais propostas situam-se nos marcos da ordem do capital, sem indicar alternativas que apontem para a superação da sociabilidade vigente. Parte das ações sugeridas converge com o discurso ideológico da sustentabilidade

ambiental nos limites do próprio capitalismo. A lógica do desenvolvimento sustentável tem sido amplamente criticada por Silva (2010) e Silva (2022). Este último autor afirma que “[...] soluções por dentro da lógica do capital não passam de mitigação e soluções superficiais, que não atingem o cerne da ‘questão ambiental’” (SILVA, 2022, p. 54-55), evidenciando os limites estruturais das respostas formuladas sem o questionamento das bases do modo de produção capitalista.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou discutir a relação entre mudanças climáticas e deslocamentos forçados à luz da perspectiva crítica marxista, tomando como base empírica o relatório No Escape II: The Way Forward (2025), do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Argumentou-se que tais deslocamentos não constituem meras consequências de fenômenos naturais, mas expressões concretas da “questão ambiental” no interior do modo de sociabilidade capitalista. Evidenciou-se que o atual padrão produtivo intensifica o efeito estufa, a degradação ambiental e a recorrência de eventos extremos, atingindo de forma desproporcional populações já vulnerabilizadas, como refugiados, deslocados internos, crianças e adolescentes.

A análise permitiu concluir que a “questão ambiental” e a mobilidade humana forçada estão estruturalmente vinculadas à dinâmica do capital, o que inviabiliza soluções meramente setoriais ou mitigatórias. Em consonância com os debates contemporâneos do Serviço Social, inclusive aqueles tensionados no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, reafirma-se que enfrentar a “questão ambiental” implica problematizar desigualdades estruturais, racismo ambiental e limites do desenvolvimento capitalista. Assim, a superação efetiva dos deslocamentos forçados associados às mudanças climáticas demanda transformações estruturais no modo de produção vigente.

REFERÊNCIAS

ANGELOTTI, F; SÁ, L. B.; MELO, R. F. **Mudanças Climáticas e Desertificação no Semiárido Brasileiro**. Campinas: Embrapa Informática Agropecuária, 2009. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/574628> . Acesso em: 6 jan. 2025.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. No Escape II: The Way Forward. [S.l.]: **UNHCR**, 2025. Disponível em: <https://www.unhcr.org> . Acesso em: 20 fev. 2026.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC). **Mudança do clima 2023**: relatório síntese. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc> Acesso em: 15 mai. 2024

PISTORELO, A. A. M. Direito dos deslocados por desastres: desafios e possibilidades. 2022. Dissertação (**Mestrado em Direito**) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito, Caxias do Sul, 2022.

DE LUCA, P. Análise crítica da questão dos refugiados climáticos. 2018. 94 f. Dissertação (**Mestrado em Direito Político e Econômico**) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

SILVA, E. M. Contribuição à crítica radical da ecologia: metabolismo social e “falha metabólica”. **SER Social: TRABALHO, LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL**. Brasília (DF), v. 26, nº 55, jul. a dez. 2024.

SILVA, E. M. Estado brasileiro “sem ilusões”: a tendência destrutiva do aparato estatal em suas relações com a natureza e sociedade. 191 f. Tese (**Doutorado em Serviço Social**) – Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2022.

SILVA, E. M *et al.* “Questão ambiental”, mudanças climáticas e racismo ambiental em Alagoas. In: 18 ° Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social, 2024, Fortaleza. **Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Fortaleza: ENPESS, 2024.

SILVA, E. M *et al.* “Questão Ambiental”, “Desastres” e Racismo Ambiental: Mapeamento das Inundações e Alagamentos em Alagoas. In: 18 ° Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social, 2024, Fortaleza. **Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Fortaleza: ENPESS, 2024.

SILVA, E. M *et al.* Destruição socioambiental e mudanças climáticas: uma análise dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 18. Salvador. CBAS, 2025.

SILVA, E. M. *et al.* Racismo ambiental sob uma perspectiva crítica: chuvas intensas, inundações e alagamentos na realidade de Alagoas. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 18. Salvador: CBAS, 2025.

SILVA, M. G. E. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

E. M. SILVA, J. G. S. SILVA. Deslocamentos Forçados na Era das Mudanças Climáticas: Análise do Relatório da Acnur 2025. **Rev. FSA**, Teresina, v. 23, n. 5, art. 8, p. 135-148, mai. 2026.

Contribuição dos Autores	E. M. Silva	J. G. S. Silva
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X